

3 — Os estudantes internacionais em situação de emergência por razões humanitárias, quando não possam comprovar documentalmente que estão abrangidos pela alínea a) do artigo 5.º deste regulamento:

a) Realizam entrevista com o diretor do ciclo de estudos em que se pretendem inscrever com o objetivo de verificar as razões pelas quais não é possível comprovar documentalmente a sua qualificação académica;

b) Assinam declaração, sob compromisso de honra, em que são titulares de qualificação académica, especificando-a, que lhes confere o direito de se candidatar e poder ingressar no ensino superior no país em que foi conferida.

Artigo 12.º

Ação Social

A ULP com a colaboração de entidades relevantes toma iniciativas destinadas a promover a integração académica e social dos estudantes internacionais, organizando ações consideradas adequadas a uma participação ativa, nomeadamente nos domínios da língua, da cultura, da ciência, da tecnologia e do desporto.

Artigo 13.º

Matrícula e inscrição

1 — Os candidatos admitidos devem realizar a sua matrícula e inscrição no prazo fixado no calendário respetivo para o efeito.

2 — Não há lugar a devolução de emolumentos pagos.

Artigo 14.º

Emolumentos e propinas

Os emolumentos e propinas são fixados anualmente pela Direção da Entidade Instituidora da ULP, mediante tabela própria e são di-

vulgados no sítio da internet da Universidade no prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas.

Artigo 15.º

Interpretação e omissões

As situações omissas ou dúvidas de interpretação do presente regulamento serão decididas por despacho do Reitor, bem como pela legislação em vigor.

Artigo 16.º

Norma revogatória

O presente regulamento revoga o Regulamento do Estudante Internacional, Regulamento n.º 148/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 28, de 10 de fevereiro.

Artigo 17.º

Entrada em vigor

1 — O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

2 — O disposto nos n.ºs 2, 5 e 6 do artigo 2.º deste regulamento só é aplicável a candidaturas para acesso e ingresso no ensino superior a partir do ano letivo 2019/2020, inclusive, não se aplicando aos estudantes que beneficiam do estatuto de estudante internacional à data da entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 62/2018, de 6 de agosto.

312238528



PARTE J1

ADJUNTO E ECONOMIA

Gabinete de Estratégia e Estudos

Aviso n.º 7955/2019

Nos termos previstos nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, republicada pela Lei n.º 64/2011 de 22 de dezembro, faz-se público que, por meu despacho de 3 de abril de 2018, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar do 1.º dia de publicitação na bolsa de emprego público (BEP), procedimento concursal com vista ao recrutamento para o cargo de direção intermédia de 1.º grau para a Direção de Serviços de Acompanhamento da Economia Portuguesa (DSAEP) do Gabinete de Estratégia e Estudos do Ministério da Economia, com as atribuições constantes no artigo 3.º da Portaria n.º 138/2015, de 20 de maio.

A indicação dos requisitos formais de provimento, do perfil exigido, da composição do júri, dos métodos de seleção e outras informações de interesse para a apresentação da candidatura constará da publicitação na bolsa de emprego público (BEP), a ocorrer dois dias úteis após a publicação do presente aviso no *Diário da República*.

26 de abril de 2019. — O Diretor do GEE, *Ricardo Pinheiro Alves*.
312256729

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR E EDUCAÇÃO

Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.

Aviso n.º 7956/2019

Alteração dos júrís dos procedimentos concursais para provimento dos cargos de direção intermédia de 1.º grau para Diretor de Departamento do Orçamento do Ensino Superior e da Ciência, e para Diretor de Departamento de Administração Geral e Contratação Pública, abertos pelo Aviso n.º 2446/2019, publicados no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 30, de 12 de fevereiro, e publicitados na Bolsa de Emprego Público, respetivamente, com os códigos de oferta OE201902/0353 e OE201902/0322, no dia 13 de fevereiro.

Na sequência do pedido de escusa apresentado pelo Dr. Luís Miguel Bernardo Farrajota, Vogal do Conselho Diretivo do IGeFE, I. P., ao Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P. e por este aceite, e da subsequente designação da Li-

cenciada Célia Maria de Viveiros Sá e Santos para integrar os júris dos referidos procedimentos cuja composição passa a ser seguinte:

Departamento do Orçamento do Ensino Superior e da Ciência:

Presidente: Célia Maria Sá e Santos, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.;

1.º Vogal: Maria Generosa do Nascimento, Docente do ISCTE-IUL — Instituto Universitário de Lisboa;

2.º Vogal: Maria de Fátima Bexiga, Diretora de Serviços de Assuntos Jurídicos, da Secretaria-Geral da Educação e Ciência.

Departamento de Administração Geral e Contratação Pública:

Presidente: Célia Maria Sá e Santos, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Gestão Financeira da Educação, I. P.;

1.º Vogal: Pedro Matos, Docente do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade de Lisboa;

2.º Vogal: Maria da Purificação Pais, Secretária-geral Adjunta da Educação e Ciência.

Os novos júris dão continuidade e assumem integralmente todas as operações dos procedimentos já efetuadas.

A composição dos novos júris será publicitada na Bolsa de Emprego Público, a ocorrer no dia útil seguinte ao da publicitação do presente aviso, e na página eletrónica do Instituto.

15 de abril de 2019. — O Presidente do Conselho Diretivo, *José Manuel de Matos Passos*.

312235977

II SÉRIE



Depósito legal n.º 8815/85

ISSN 0870-9963

Diário da República Eletrónico:

Endereço Internet: <http://dre.pt>

Contactos:

Correio eletrónico: dre@incm.pt

Tel.: 21 781 0870

Fax: 21 394 5750